

Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu

Vistos,

Trata-se de uma moção de repúdio encaminhada pela Câmara Municipal de Embu-Guaçu, dando conta da ocorrência, em tese, de violação das diretrizes trazidas para prestação de serviço público essencial, notadamente pelo artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. Isso porque, o serviço de abastecimento de água, executado por meio de concessão conferida à SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo- estaria sendo prestado de maneira inadequada, na medida em que ausentes a segurança, qualidade e regularidade que dele legitimamente se esperam.

Houve o encaminhamento de ofício à Sabesp.

A Sabesp esclareceu que o município de Embu-Guaçu faz parte de um subsistema interligado ao sistema integrado metropolitano, mas opera de forma isolada por meio da ETA Embu-Guaçu. Essa interligação permite o fornecimento de água em situações emergenciais, ajudando a mitigar os problemas de desabastecimento caso ocorram falhar no ETA Embu-Guaçu. Narrou que, embora o volume de água fornecido ao município tenha se mantido dentro dos patamares históricos, não foi suficiente para evitar desabastecimentos em algumas áreas quando ocorrem eventos excepcionais, como picos de demanda causados por altas de consumo durante ondas de calor extremo ou manutenções emergenciais que podem resultar em períodos de desabastecimento parcial, especialmente em áreas mais altas e distantes do reservatório. Por fim, asseverou que, atendendo ao compromisso de prestação de serviços e de maximizar a regularidade no abastecimento de água, a SABESP estabeleceu ações para 2025: a) instalação, operação e manutenção de novo módulo de sistema de tratamento da água, por ultra filtração, com capacidade de 50l/s para a ETA Embu-Guaçu (previsto para dezembro de 2025); b) RETROFIT da ETA Embu-Guaçu para reforma e instalação de floculadores mecânicos e automação de equipamentos (previsão para dezembro de 2025).

É o relatório.

O presente procedimento deve ser arquivado.

Isso porque, instada, a SABESP esclareceu que os problemas no fornecimento de água ocorreram em algumas áreas, em virtude de eventos excepcionais, como picos de consumo e necessidade de manutenções emergenciais.

---

Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu

Ademais, dos documentos colacionados aos autos, verifica-se que a SABESP vem adotando medidas para que estes eventos excepcionais não interfiram mais no fornecimento de água, tanto que, no ano de 2025, fez previsão de duas ações, que irão contribuir para a regularidade do serviço no município de Embu-Guaçu.

Sendo assim, ao menos por ora, entendo que inexiste lesão a direito difuso ou coletivo que justifique a manutenção deste expediente.

Diante do exposto, promovo o arquivamento deste expediente, com fundamento no art. 13, II da Resolução 1.342/2021 - CPJ.

Notifique-se o representante, com fundamento no art. 14 da mencionada Resolução.

---

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA BONAFINI PEREIRA**, em 12/01/2025 às 16:15.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0257.0000290/2024** e código 3144b352-1000-49aa-a49d-26f6067cd45d

---



CARTÓRIO DO CONSELHEIRO  
**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
(11) 3292-3518 - [cgcarc@tce.sp.gov.br](mailto:cgcarc@tce.sp.gov.br)

São Paulo, 16 de novembro de 2021

Ofício CGC.ARC nº 1402/2021

eTC – 9810.989.21. eTC – 9438.989.16, eTC – 245946.989.20, eTC – 25950.989.20 e eTC – 25954.989.20

Excelentíssimo Senhor,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do decido em 22 de setembro de 2021, encaminhar cópia de peças dos autos para ciência e adoção de providências cabíveis.

Apresento, nesta oportunidade, protestos de estima e consideração.

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**Conselheiro**

Excelentíssimo Senhor Doutor  
**MÁRIO LUIZ SARRUBBO**  
Procurador-Geral de Justiça  
SPE/Rrc.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ANTONIO ROQUE CITADINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-J4MA-8VCV-4WXB-34B4



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

GABINETE DO CONSELHEIRO  
**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
(11) 3292-3598 - gcarc@tce.sp.gov.br

## SENTENÇA

---

**PROCESSO:** 00009438.989.16-2

**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU  
(CNPJ 46.523.148/0001-01)

**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E  
PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ  
12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE  
ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** Contrato nº 18/2016 Tomada de Preço nº  
001/2016 Processo nº 134/2016 - Objeto:  
Contratação de empresa para execução de obras  
de Recapeamento Asfáltico e obras  
complementares na Avenida dos Jacarandás, Rua  
do Moinho, Rua 14, Rua Afonso Pena, Rua Luza  
Augusto Correia, Rua Aurora de Jesus, Rua José  
Nogueira e Estrada do Cipó, conforme  
especificações contidas no ato editalício.  
Vigência: 180 (cento e oitenta) dias contados a  
partir da data de assinatura do contrato.

**EXERCÍCIO:** 2016

**INSTRUÇÃO POR:** DF-08

**PROCESSO(S)** 00009810.989.16-0, 00025946.989.20-9,  
**DEPENDENTES(S):** 00025950.989.20-2, 00025954.989.20-8

---

**PROCESSO:** 00009810.989.16-0

**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU  
(CNPJ 46.523.148/0001-01)

**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E  
PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ  
12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE  
ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** CONTRATO nº 18, de 02/03/2016  
TOMADA DE PREÇOS; Nº 1/2016  
OBJETO: Contratação de empresa para execução  
de obras de

recapeamento asfáltico e obras complementares na Avenida dos Jacarandás, Rua do Moinho, Rua 14, Rua Afonso Pena, Rua Luza Augusto Correia, Rua Aurora de Jesus, Rua José Nogueira e Estrada do Cipó, conforme especificações contidas no ato editalício.

VIGÊNCIA: (180 dias) ? 02/03/2016 a 03/09/2016)

VALOR: R\$ 1.128.144,45

**EXERCÍCIO:** 2016  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025946.989.20-9  
**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)  
**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE ALMEIDA (OAB/SP 369.700)  
**ASSUNTO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital n.º 3188/2020.

**EXERCÍCIO:** 2016  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025950.989.20-2  
**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)  
**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE ALMEIDA (OAB/SP 369.700)  
**ASSUNTO:** SEGUNDO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital nº 3189/2020.

**EXERCÍCIO:** 2016  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025954.989.20-8  
**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)  
**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE ALMEIDA (OAB/SP 369.700)  
**ASSUNTO:** TERCEIRO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital nº 3190/2020.

**EXERCÍCIO:** 2017  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Contrato[1] nº18/2016, precedido da Tomada de Preços nº01/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu e a empresa Unibase Terraplenagem e Pavimentação LTDA, visando a execução de obras de recapeamento asfáltico e obras complementares na Avenida dos Jacarandás, Rua do Moinho, Rua 14, Rua Afonso Pena, Rua Luza Augusto Correia, Rua Aurora de Jesus, Rua José Nogueira e Estrada do Cipó, pelo valor de R\$ 1.128.144,45 (um milhão cento e vinte e oito mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Também - em exame - o Acompanhamento[2] da Execução Contratual e os três termos aditivos[3] de prorrogação do prazo de vigência.

**Fiscalização**, efetivada pela 7ª Diretoria de Fiscalização – DF-07, na instrução da matéria, registrou diversos apontamentos, destacando-se:

1. participação no certame de apenas uma proponente;
2. consoante a Origem, parte dos recursos é Estadual, mediante Convênio, havendo contrapartida Municipal no valor de R\$ 28.144,45 (vinte e oito mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), contrariando o previsto na Cláusula Primeira c.c. Parágrafo Quarto, do Instrumento de Liberação de Crédito, a qual afirma que os recursos próprios do Beneficiário (Prefeitura) são de R\$ 0,00 (zero);
3. não atendimento ao requisitado sobre quais empresas realizaram a visita técnica exigida, limitando-se a Origem a encaminhar a declaração da empresa contratada renunciando à sua inspeção técnica;
4. comissão de controle tecnológico de 3%, no valor de R\$ 26.920,62, sem especificação dos serviços a realizar, a quantidade e preços unitários e a base de cálculo para tanto;
5. cadastro do responsável signatário do contrato em desacordo com o Modelo constante do Anexo 11 das Instruções nº 02/2008, vigentes à época;
6. o valor do contrato está acima daquele indicado como o orçado, de R\$ 1.122.051,62, inobservando o estabelecido pelo artigo 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93;
7. a Cláusula quinta, do Ajuste, que trata do Reajuste, estipula que - após o período de seis meses da apresentação da proposta - os preços poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação verificada no índice IPCA-IBGE ou outro que venha a substituí-lo, afrontando o artigo 3º, *caput*, c.c. o § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01;

8. não encaminhamento da Nota de Empenho e,
9. embora exigida no edital, não foi estabelecida no contrato cláusula sobre a garantia de execução, contrapondo ao prescrito no artigo 55, inciso VI, bem como ao artigo 41, da Lei Federal nº 8.666/93.

Por seu turno, Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual –NAEC - apurou como impropriedades:

1. com relação ao Projeto Básico licitado, verificou que não foi elaborado projeto de pavimentação com os elementos e conteúdos estabelecidos na Tabela 6.3, da Orientação Técnica nº 001/2006 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas -IBRAOP, comprometendo, assim, a observância ao inciso IX e alíneas do artigo 6º da Lei Federal nº 8666/93. Não foram representadas as seções transversais “tipo” de pavimentação, indicando as dimensões horizontais, as espessuras e características de cada camada estrutural, e os detalhes da pintura ou imprimação ligante. Também não há peças gráficas tratando das obras complementares que complementam o objeto contratual;
2. não foram apresentadas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs - do Projeto Básico licitado, do orçamento estimativo, da execução da obra, da fiscalização da obra por parte da Prefeitura Municipal, do preposto da contratada e de eventuais projetos executivos a elaborar;
3. a Origem não se manifestou formalmente acerca do atraso em emitir a Ordem de Início dos Serviços;
4. a planilha orçamentária estabelece, indevidamente, verba da ordem de 3% do valor contratado para remuneração do controle tecnológico dos serviços executados, sem especificar quais os ensaios a realizar, suas quantidades e seus preços unitários.

5. a obra encontra-se paralisada devido à falha do Projeto Básico, que provocou o redimensionamento de serviços a serem executados;
6. a Ordem de Início de Serviço foi emitida há menos de dois meses do término do contrato de cento e oitenta dias. Apesar de requisitado, não foram apresentados Termos de Aditamento Contratual nem ordem de pagamento da única medição;
7. a Origem também não apresentou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do executante da obra, em desacordo com art. 1º, da Lei Federal nº 6.496/77. e
8. durante a 2ª visita, verificou-se falhas no nivelamento da camada de rolamento recapeada em relação às tampas das entradas dos poços de visita da SABESP.

Assinado prazo para as partes apresentarem seus esclarecimentos, este transcorreu *in albis*.

Instadas a se manifestar, as Assessorias Técnicas das áreas de Engenharia e Economia, com o encaminhamento da i. Chefia de ATJ, opinaram pela irregularidade das matérias albergadas nos autos principais e nos do acompanhamento de sua execução.

Vista regimental ao Ministério Público de Contas.

Procedeu-se à finalização da instrução do acompanhamento da execução contratual e dos três termos aditivos, nos quais a 7ª Diretoria de Fiscalização apontou, dentre outras, as seguintes impropriedades:

1. falhas nos Projetos de Engenharia, ensejando interrupção da execução da obra e prorrogação do término da vigência contratual;
2. descumprimento do Cronograma Físico previsto;
3. não apresentação das ARTs do responsável pela execução da obra e do responsável pela elaboração do Projeto Executivo;
4. acréscimos e supressões de serviços insuficientemente descritos em Termo Aditivo, em desacordo com o inciso III do artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93, prejudicando a análise da execução contratual;

5. não atendimento de parte das informações requisitadas pela Fiscalização.
6. atraso injustificado da emissão da Ordem de Início de Serviço;
7. não publicação em Imprensa Oficial do resumo do termo aditivo;
8. não exigência de qualquer garantia do contratado para o ajuste firmado, apesar de previsão no edital de licitação;
9. carência de fundamentação legal apresentada no Parecer Técnico Jurídico;
10. fundamento legal previsto no termo aditivo não compatível com o objeto do contrato.

Novamente, assinalado prazo às partes, nos termos e para os fins do disposto no artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº709/93, a Contratada ofereceu justificativas, discorrendo sobre a legislação e jurisprudência.

O *Parquet* de Contas obteve vista regimental.

**Secretaria-Diretoria Geral**, em manifestação conclusiva, opinou pela irregularidade de todo o examinado.

É o Relatório.

#### **DECIDO**

Os esclarecimentos apresentados não lograram refutar as impropriedades que maculam a matéria.

Relevo, inicialmente, as falhas concernentes à divergência relacionada ao valor da contrapartida Municipal[4], por seu caráter formal, e a previsão de reajuste após o período de seis meses da apresentação da proposta, já que, *in casu*, não se verificou a majoração de preços.

Todavia, **alerto** à Origem no sentido de que lapsos da espécie não se repitam em contratações futuras.

Feitas essas considerações iniciais, os atos em apreço encontram-se eivados de graves falhas, como a precariedade do Projeto

Básico e do orçamento estimativo[5], repercutindo negativamente na execução do objeto.

Conforme bem esmiuçado pelos Órgãos Técnicos desta Casa, o Projeto Básico da presente contratação apresentou deficiências na caracterização de seu escopo, implicando a paralisação da execução - por determinado período - assim como as sucessivas prorrogações de prazo de término devido à necessidade de adequações no objeto, o qual teve suprimida a realização do recapeamento em uma das vias para a inclusão de serviços de reforços de base e sub base em outras três vias.

Imperioso dizer que situações como essa têm sido severamente censuradas por esta Corte, uma vez que revelam a falta de adequado planejamento por parte da Administração e, por conseguinte, o prejuízo à eficiência na realização da contratação[6].

Prosseguindo, verifico, outrossim, afronta aos artigos 43, inciso IV, 48, inciso II e 55, inciso III, todos da Lei Federal nº 8.666/93, haja vista a falta de evidenciação da adequação dos valores orçados e pactuados, pois, a par da ausência de especificação dos serviços de controle tecnológico e de seus preços unitários, e da aceitação de proposta e celebração de ajuste em valor superior ao orçado, os serviços acrescidos por meio do Terceiro Termo Aditivo sequer foram discriminados em referida avença, tendo constado apenas nas planilhas de medição consignadas no evento nº 131.3 do TC-009810.989.16-0, contudo, sem indicação de fontes de pesquisa que demonstrassem a conformação dos preços praticados com os de mercado.

Considerando as ausências de indicação dos serviços e respectivos quantitativos e preços acrescidos - por meio do termo aditivo celebrado para reordenação do escopo contratado - e a carência de documentos afetos à realização do objeto, como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, não há como se atestar a regular execução do objeto contratado.

Ante o exposto, acompanho as manifestações dos Órgãos Técnicos da Casa e **JULGO irregulares** a licitação, o contrato, seus termos aditivos e sua execução contratual, acionando-se o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII da Lei Complementar nº 709/93.

**Determino**, outrossim, o envio de cópias dos autos ao d. Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

**Publique-se** por extrato.

GCARC, 22 de setembro de 2021.

**ANTONIO ROQUE CITADINI  
CONSELHEIRO**

---

[1] TC-009438.989.16-2.

[2]]TC-009810.989.16-0.

[3] Albergados nos TC'S025946.989.20-9, 025950.989.20-2 e 025954.989.20-8.

[4] A Prefeitura informa que parte dos recursos é de origem Estadual, mediante Convênio, havendo contrapartida Municipal de R\$ 28.144,45, entretanto, tal afirmação vai de encontro ao disposto na Cláusula Primeira c.c. Parágrafo Quarto, do Instrumento de Liberação de Crédito, que afirma que os recursos próprios do Beneficiário (Prefeitura) são de R\$ 0,00 (zero);

[5] *No que se refere à delimitação do item "controle tecnológico".*

[6] Nesse sentido, TC-000463/010/08 e TCs 011534.989.19-9

---

## **EXTRATO DE SENTENÇA**

---

<b>PROCESSO:</b>	<b>00009438.989.16-2</b>
<b>CONTRATANTE:</b>	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)
<b>CONTRATADO(A):</b>	▪ UNIBASE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 12.694.026/0001-66) ▪ <b>ADVOGADO:</b> FELIPE DOMINGOS DE ALMEIDA (OAB/SP 369.700)
<b>ASSUNTO:</b>	Contrato nº 18/2016 Tomada de Preço nº

001/2016 Processo nº 134/2016 - Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de Recapeamento Asfáltico e obras complementares na Avenida dos Jacarandás, Rua do Moinho, Rua 14, Rua Afonso Pena, Rua Luza Augusto Correia, Rua Aurora de Jesus, Rua José Nogueira e Estrada do Cipó, conforme especificações contidas no ato editalício. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

**EXERCÍCIO:** 2016  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO(S)** 00009810.989.16-0, 00025946.989.20-9,  
**DEPENDENTES(S):** 00025950.989.20-2, 00025954.989.20-8

---

**PROCESSO:** 00009810.989.16-0  
**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)  
**CONTRATADO(A):** ■ UNIBASE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 12.694.026/0001-66)  
■ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** CONTRATO nº 18, de 02/03/2016  
TOMADA DE PREÇOS; Nº 1/2016  
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de recapeamento asfáltico e obras complementares na Avenida dos Jacarandás, Rua do Moinho, Rua 14, Rua Afonso Pena, Rua Luza Augusto Correia, Rua Aurora de Jesus, Rua José Nogueira e Estrada do Cipó, conforme especificações contidas no ato editalício.  
VIGÊNCIA: (180 dias) ? 02/03/2016 a 03/09/2016  
VALOR: R\$ 1.128.144,45

**EXERCÍCIO:** 2016  
**INSTRUÇÃO POR:** DF-08  
**PROCESSO PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025946.989.20-9  
**CONTRATANTE:** ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU (CNPJ 46.523.148/0001-01)

**CONTRATADO(A):**   ▪ UNIBASE           TERRAPLENAGEM           E  
PAVIMENTACAO           LTDA           (CNPJ  
12.694.026/0001-66)

▪ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE  
ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital nº 3188/2020.

**EXERCÍCIO:** 2016

**INSTRUÇÃO POR:** DF-08

**PROCESSO**  
**PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025950.989.20-2

**CONTRATANTE:**   ▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU  
(CNPJ 46.523.148/0001-01)

**CONTRATADO(A):**   ▪ UNIBASE           TERRAPLENAGEM           E  
PAVIMENTACAO           LTDA           (CNPJ  
12.694.026/0001-66)  
▪ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE  
ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** SEGUNDO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital nº 3189/2020.

**EXERCÍCIO:** 2016

**INSTRUÇÃO POR:** DF-08

**PROCESSO**  
**PRINCIPAL:** 9438.989.16-2

---

**PROCESSO:** 00025954.989.20-8

**CONTRATANTE:**   ▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUACU  
(CNPJ 46.523.148/0001-01)

**CONTRATADO(A):**   ▪ UNIBASE           TERRAPLENAGEM           E  
PAVIMENTACAO           LTDA           (CNPJ  
12.694.026/0001-66)  
▪ **ADVOGADO:** FELIPE DOMINGOS DE  
ALMEIDA (OAB/SP 369.700)

**ASSUNTO:** TERCEIRO TERMO ADITIVO.

Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.

CONTRATO: nº 018/2016 - 29/08/2016.

Origem: Protocolo Digital nº 3190/2020.

**EXERCÍCIO:** 2017

**INSTRUÇÃO POR:** DF-08

**PROCESSO** 9438.989.16-2

**PRINCIPAL:**

---

Pelos fundamentos expostos na sentença referida e o que mais consta nos autos, acompanho as manifestações dos Órgãos Técnicos da Casa e **JULGO irregulares** a licitação, o contrato, seus termos aditivos e sua execução contratual, acionando-se o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII da Lei Complementar nº 709/93.

**Determino**, outrossim, o envio de cópias dos autos ao d. Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Publique-se.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ANTONIO ROQUE CITADINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-F3PM-3RQR-642A-40SQ

Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu

Vistos,

Trata-se de uma moção de repúdio encaminhada pela Câmara Municipal de Embu-Guaçu, dando conta da ocorrência, em tese, de violação das diretrizes trazidas para prestação de serviço público essencial, notadamente pelo artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. Isso porque, o serviço de abastecimento de água, executado por meio de concessão conferida à SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo- estaria sendo prestado de maneira inadequada, na medida em que ausentes a segurança, qualidade e regularidade que dele legitimamente se esperam.

Houve o encaminhamento de ofício à Sabesp.

A Sabesp esclareceu que o município de Embu-Guaçu faz parte de um subsistema interligado ao sistema integrado metropolitano, mas opera de forma isolada por meio da ETA Embu-Guaçu. Essa interligação permite o fornecimento de água em situações emergenciais, ajudando a mitigar os problemas de desabastecimento caso ocorram falhar no ETA Embu-Guaçu. Narrou que, embora o volume de água fornecido ao município tenha se mantido dentro dos patamares históricos, não foi suficiente para evitar desabastecimentos em algumas áreas quando ocorrem eventos excepcionais, como picos de demanda causados por altas de consumo durante ondas de calor extremo ou manutenções emergenciais que podem resultar em períodos de desabastecimento parcial, especialmente em áreas mais altas e distantes do reservatório. Por fim, asseverou que, atendendo ao compromisso de prestação de serviços e de maximizar a regularidade no abastecimento de água, a SABESP estabeleceu ações para 2025: a) instalação, operação e manutenção de novo módulo de sistema de tratamento da água, por ultra filtração, com capacidade de 50l/s para a ETA Embu-Guaçu (previsto para dezembro de 2025); b) RETROFIT da ETA Embu-Guaçu para reforma e instalação de floculadores mecânicos e automação de equipamentos (previsão para dezembro de 2025).

É o relatório.

O presente procedimento deve ser arquivado.

Isso porque, instada, a SABESP esclareceu que os problemas no fornecimento de água ocorreram em algumas áreas, em virtude de eventos excepcionais, como picos de consumo e necessidade de manutenções emergenciais.

---

Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu

Ademais, dos documentos colacionados aos autos, verifica-se que a SABESP vem adotando medidas para que estes eventos excepcionais não interfiram mais no fornecimento de água, tanto que, no ano de 2025, fez previsão de duas ações, que irão contribuir para a regularidade do serviço no município de Embu-Guaçu.

Sendo assim, ao menos por ora, entendo que inexistente lesão a direito difuso ou coletivo que justifique a manutenção deste expediente.

Diante do exposto, promovo o arquivamento deste expediente, com fundamento no art. 13, II da Resolução 1.342/2021 - CPJ.

Notifique-se o representante, com fundamento no art. 14 da mencionada Resolução.

---

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA BONAFINI PEREIRA**, em 12/01/2025 às 16:15.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0257.0000290/2024** e código 3144b352-1000-49aa-a49d-26f6067cd45d

---



# Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Embu-Guaçu

\*\*\*\*\* *Lutando pelo Respeito e Dignidade do Servidor Público*

Embu Guaçu, 17 de janeiro de 2025.

Nº 019/2025



**Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Embu-Guaçu**  
**Senhor André George Neres de Farias**  
**C/C: Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu**  
**Para todos os Vereadores de Embu-Guaçu**



## REQUERIMENTO



4661.4725

O SFPMEG - Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Embu-Guaçu, entidade sindical, com seus atos constitutivos e devidamente registrados no Ministério de Trabalho, nos termos do Processo nº 46219.011856/1993-38, pessoa Jurídica de fato e de direito, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 59.051.177/0001-60, constituído pelos trabalhadores que compõem o quadro de Funcionários Públicos do Município de Embu Guaçu, com sede na Rua José Herculano, nº 61, Jd. Emília, Município de Embu-Guaçu – Estado de São Paulo – 06900-000, por seu Presidente em exercício, JOSE GERSON GOMES CABRAL, brasileiro, divorciado, Funcionário Público, portador do RG nº 24.981.040-2 e com CPF nº 151.597.968- 78, no uso de suas prerrogativas expressas no Estatuto Social do Sindicato retro mencionado, vêm pelo presente, expor e requerer à Vossa Senhoria o que segue:

Considerando que até a data de hoje a Secretaria Municipal de Educação está sob responsabilidade do **Secretário Interino** Senhor Renato Lúcio de Carvalho.

Considerando que o Senhor Renato Lúcio de Carvalho é Secretário de Governo.

Considerando que a Secretária de Governo é uma Pasta que necessita da atuação permanente do seu Secretário.

Considerando que em 16/01/2025, as 17:01:53, denunciemos para a Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu, para A Dirigente Regional de Ensino de Itapeverica da Serra e para Vossa Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Embu-Guaçu que a Senhora Deborah Adriana Tonini Martini Cesar está atualmente atendendo



na Secretária de Educação irregularmente, uma vez, que a mesma não foi nomeada como Secretária de Educação por Vossa Excelência.

Considerando que há rumores pela Cidade, que a mesma está em estágio probatório no Governo do Estado, não sendo possível sua nomeação em Embu-Guaçu.



Considerando que em todas as Cidades do Brasil ou do Mundo a Educação é considerada a pasta mais importante, e acreditamos que Embu-Guaçu não é diferente.



Considerando que o entendimento de nosso setor Jurídico é que ninguém pode ser nomeado para ocupar duas Secretarias.

Considerando que a Lei 175/2022 em seu Anexo II, prevê que o requisito para ser Secretário de Educação está disposto no Art.89, § 1º da Lei Orgânica Municipal.

①

4661.4725

Considerando o preceituado no Art.89, § 1º da Lei Orgânica Municipal:

**Art. 89** São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais;

§ 1º Os Secretários Municipais, os Subprefeitos, os administradores regionais, os diretores, os coordenadores e assessores serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos, residentes preferencialmente no Município de Embu-Guaçu, no exercício dos direitos políticos e **com formação ou conhecimento na área de atuação**. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/1993).

Considerando que há rumores pela Cidade que a pessoa que Vossa Excelência nomeou como Secretário Interino de Educação, não possui formação tampouco conhecimento na área de Educação.

Considerando que a Secretaria de Educação tem várias demandas, principalmente por estar em processo inicial do ano letivo, necessitando da atenção e atuação permanente de seu Secretário.

Diante do exposto, e considerando que o Secretário Interino de Educação não pode ser Secretário da referida pasta, conforme preceitua o Art.89, § 1º da Lei Orgânica Municipal, requeremos a Vossa Excelência que seja nomeado com



# Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Embu-Guaçu

\*\*\*\*\* *Lutando pelo Respeito e Dignidade do Servidor Público*



URGÊNCIA como Secretário de Educação de Embu-Guaçu alguém que tenha a disponibilidade que a Pasta necessita, e que possua os requisitos preceituados na Lei 175/2022 e no Art.89, § 1º da Lei Orgânica Municipal, inclusive segundo o seu Secretário de Finanças, a Educação possui uma equipe muito competente, ou seja, na própria Educação existe vários Servidores que podem ser nomeados como Secretário de Educação de Embu-Guaçu.

**“A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”.**



**Sêneca (filósofo romano)**

①  
4661.4725

Nestes termos,  
Pede deferimento.



Documento assinado digitalmente  
JOSE GERSON GOMES CABRAL  
Data: 17/01/2025 17:16:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jose Gerson Gomes Cabral  
PRESIDENTE-SFPMEG